

Michel Foucault e os estudos históricos

Michel Foucault and historical studies
Michel Foucault y estudios históricos

Flávia Cristina Silveira Lemos,
Igor do Carmo Santos

Resumo

Esse artigo aponta algumas questões conceituais relevantes para os estudos históricos das subjetividades que se insurgem, a partir dos usos analíticos de documentos, problematizados e interrogados, no presente. A convivência entre vários saberes, os olhares e rupturas ensaiados nas práticas concretas de poder, da história da verdade ganham vulto e se tornam objeto dos estudos de várias áreas, dos pesquisadores e docentes, dos grupos sociais e profissionais, os quais se deparam com novas abordagens, problemas e objetos na história. Em especial, a arqueologia e a genealogia foram ferramentas efetivas enquanto operadores conceituais em Michel Foucault, as quais chegaram até nós por um conjunto de práticas de distribuição, seleção e difusão das produções de Foucault. Portanto, trata-se de trabalho teórico-metodológico, baseado na apropriação da teoria da história.

Palavras-chave

Historia, Foucault, Arqueologia, Genealogia, Documentos

Abstract

This article points out some important conceptual issues for historical studies of subjectivities that they rise from the analytical document uses, problematized and questioned at present. The coexistence of various knowledge, looks and ruptures tested in concrete practices of power, the history of true gain shape and become the object of scholars from various fields, researchers and teachers, social and professional groups, which are faced with new approaches, problems and objects in history. In particular, archeology and genealogy were effective as conceptual operators in Michel Foucault, which reached us by a set of distribution practices, selection and dissemination of Foucault productions. Therefore, it is theoretical and methodological work, based on the appropriation of the theory of history.

Keywords

History, Foucault, Archeology, Genealogy, Documents

Flávia Cristina Silveira Lemos

UFPA

Psicóloga/UNESP. Mestre em Psicologia Social/UNESP. Doutora em História/UNESP. Professora adjunta IV em Psicologia Social/UFPA na graduação e na pós-graduação em Psicologia/UFPA e na pós-graduação em Educação/UFPA. Bolsista de produtividade em pesquisa CNPQ-PQ2.

Igor do Carmo Santos

UFPA

Psicólogo/UFPA. Mestre em Psicologia/UFPA.

Introdução

Esse artigo visa apresentar alguns operadores conceituais da arqueologia e da genealogia, em Foucault. Para tanto, um percurso teórico-metodológico foi realizado quanto à participação em diversas entrevistas, aulas, livros e textos acerca dos objetivos e propostas de sua reflexão filosófica. O texto “O Que São as Luzes?” é um desses no qual o autor apresenta de forma mais clara o papel de sua reflexão filosófica, qual seja: realizar uma ontologia do presente, uma ontologia histórica de nós mesmos, ou ainda uma ontologia crítica de nós mesmos.

Para este, o papel da Filosofia não seria mais o de buscar os fundamentos do saber ou da ação no mundo, mas sim de uma reflexão sobre a atualidade, sobre o presente, uma crítica de quem somos hoje. A filosofia, portanto, se constituiria mais enquanto um ethos filosófico.

Foucault e a arqueologia

Como podemos perceber, a relação de Foucault com a disciplina histórica é controversa e permeada de distanciamentos e aproximações.

Filósofo ou historiador, estudioso da psicanálise, das práticas judiciais, dos problemas referentes à linguagem, pesquisador das formações dos lugares institucionais, da política ou da moral, Michel Foucault não admite, devido ao perfil de seu trabalho, ser enquadrado nesta ou naquela área do conhecimento. É antes um pensador, e seu pensamento o leva para além dos limites estabelecidos por uma separação arbitrária do saber. E esse mesmo pensamento se abre para os temas ou preocupações que julga úteis para pensar sobre o presente. Daí sua multiplicidade. Daí sua abundância, uma vez que a exclusão prévia de qualquer tema representaria um “preconceito teórico”, com o qual certamente Foucault não pactua (FONSECA, 2003, p. 9).

Com a arqueologia, Foucault tenta libertar a história do pensamento de sua sujeição transcendental, fazer com que não mais o pensamento tenha que recorrer às noções tradicionais de um sujeito enquanto uma essência imutável; o problema agora passaria a ser da sua constituição (FONSECA, 2003). Com isso, queremos ressaltar a importância desse momento arqueológico para a saída de tentativas explicativas nas quais os objetos a serem analisados já têm uma composição própria, e que nos caberia apenas tentar encontrar os meios necessários para acessá-lo diretamente. É interessante a forma como Gilles Deleuze (2005) descreve o talvez espanto ou furor causado pelas propostas de Foucault:

Um novo arquivista foi nomeado na cidade. Mas será que foi mesmo nomeado? Ou agiria ele por sua própria conta? As pessoas rancorosas dizem que ele é o novo representante de [...] uma tecnologia estrutural. Outros, que tomam sua própria estupidez por inteligência, dizem que é um epígono de Hitler; ou, pelo menos, que ele agride os direitos do homem (não lhe perdoam o fato de ter anunciado a “morte do homem”). Outros dizem que é um farsante que não consegue apoiar-se em nenhum texto sagrado e que mal cita os grandes filósofos. Outros, ao contrário, dizem que algo de novo, de profundamente novo, nasceu na filosofia, e que esta obra tem a beleza daquilo que ela mesma recusa: uma manhã de festa (p. 13).

Essa incerteza diante do que seria a arqueologia e qual seria o papel desse novo arquivista que aparece na cidade, parece residir na própria tarefa que este vem se propor, ou seja, se ocupar dos enunciados. Mas o que significaria dizer que esse arquivista se ocupará apenas com o enunciado e não mais com frases e proposições? Para Deleuze (2005) o novo arquivista vai se instalar numa espécie de diagonal. É esse o espaço que ele deve ocupar e o

plano em que deve se situar, pois ele deve evitar a verticalidade das proposições e a lateralidade das frases. É ocupando esse espaço que é possível fazer aparecer ou tornar legível aquilo que dificilmente é apreendido, ou seja, o enunciado.

A partir daí, outras questões surgem. Como, portanto, fazer aparecer os enunciados? Basta traçar uma diagonal para identificá-los? Como isso ocorre? Como se opera uma análise que se escape de traçados lineares e verticais? Que fuja da lógica de um sujeito racional constituinte? O enunciado aparece sempre? Ou ele é raro já que sua possibilidade de aparição só se dá com o advento desse tipo de traçado? Foucault (2013) irá dizer que ele é raro. Não apenas de fato, mas de direito. É por isso sua diferença em relação às frases e proposições. Estas estão ligadas a processos de contradição e abstração que as fazem proliferarem. O enunciado, porém, se encontra em um espaço de raridade. Nele não há possível nem virtual, tudo é real e nele toda a realidade está manifesta. Quando se compara enunciados, se faz a partir dessa diagonal que é traçada e que permite o confronto direto de um mesmo conjunto em níveis diferentes, ou ao contrário, a escolha de um mesmo nível de certos conjuntos.

É o próprio enunciado que dá condições para a existência de signos, por isso ele não pode ser explicado da mesma forma que frases e proposições. Segundo Foucault (2013), o enunciado não tem diante de si um correlato, mas está antes “ligado a um referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos” (p. 110), “o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (p. 110).

E a despeito de sua raridade, não é necessário ser original para produzir um enunciado. Um enunciado vai sempre representar uma emissão de singularidades, de pontos singulares que se distribuem num espaço correspondente. A questão não seria saber da origem de uma determinada emissão; não seria saber se ela está sendo feita pela primeira vez ou está sendo reproduzida e repetida, mas de querer saber de sua regularidade, não como média, mas como uma curva. É preciso desviar dessa análise que é feita a partir de oposições entre o que é original e o que é banal para buscar apontar aquilo que aparece enquanto uma regularidade. Essa análise não é pertinente pois a própria questão da origem é impertinente. Pois não é necessário um sujeito para que se produza enunciados. Existem, entretanto, lugares que podem ser ocupados por esses sujeitos para cada enunciado (DELEUZE, 2005).

Para Deleuze (2005), em torno do enunciado, podem se distinguir três fatias de espaço. O primeiro seria um espaço colateral, associado ou adjacente, que é formado por outros enunciados que fazem parte do mesmo grupo. Não haveria espaços homogêneos indiferentes aos enunciados, nem enunciado sem localização; os dois se confundem ao nível de regras de formação. O enunciado não se circunscreve a axiomas e contextos, como as proposições e frases. Ele, o enunciado, é inseparável de uma variação constante, a qual nunca se encontra em um único sistema, mas está sempre passando de um sistema a outro. O enunciado é transversal, e suas regras são do mesmo nível que ele.

O segundo espaço é o correlativo. Aqui se trata da relação dos enunciados, não com outros enunciados, mas com seus objetos, seus sujeitos e seus conceitos. A relação entre o enunciado e um sujeito variável constitui ela mesma uma variável intrínseca do enunciado. Há uma diferenciação entre os enunciados que se distinguem das frases e proposições porque englobam como seus derivados tanto as funções de sujeito, como de objetos e concei-

tos. Esse espaço correlativo é a ordem discursiva dos lugares, dos sujeitos e dos objetos numa família de enunciados.

A terceira fatia de espaço é extrínseca: o espaço complementar ou de formações não-discursivas. A relação que deve ser estabelecida entre os meios discursivos e não-discursivos deve ser através de uma diagonal. Uma característica principal do enunciado é que ele pode ser repetido. As condições para essa repetição são bastante estritas. É preciso que haja o mesmo espaço de distribuição, a mesma repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e posições, a mesma relação com um meio instituído. Tudo isso dá ao enunciado uma materialidade que o faz repetível.

Um enunciado ou um grupo deles, nada mais é do que multiplicidades. Não há o múltiplo nem o Um. Haveria apenas multiplicidades raras, com pontos singulares, lugares vagos para aqueles que vêm, por um instante, ocupar a função de sujeitos, regularidades acumuláveis, repetíveis e que se conservem em si. Todo enunciado, portanto, precisa ter uma existência material, uma substância, um suporte, um lugar e uma data (FOUCAULT, 2013). São essas posições provisórias que são ocupadas pelos saberes que envolvem os direitos humanos e os sujeitos encarregados de defendê-los.

Foucault e a genealogia

Em um momento posterior do seu trabalho, já na década de 1970, Foucault vai utilizar outro termo para demarcar o tipo de história com o qual desenvolve seus trabalhos e que vai ser inspirado nos trabalhos do filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900), a chamada “história efetiva”. Por isso, consideramos importante trazer algumas linhas sobre o pensamento desse filósofo sobre a história.

Nietzsche dedica algumas de suas obras a refletir sobre o papel da história para a nossa vida. Em um de seus textos de juventude intitulado “Fatum e História” ele já apresenta, aos 17 anos de idade, algumas das principais questões que vão permear todo o seu futuro trabalho. Neste texto encontramos traços de uma de suas principais ideias filosóficas que é a de “eterno retorno”. Esta seria para Nietzsche a tese de que o mundo passa indefinidamente pela “alternância da criação e da destruição, da alegria e do sofrimento, do bem e do mal” (NIETZSCHE, 1987, p. X). Este retorno, porém, não se dá através da repetição do mesmo ou de uma volta ao mesmo, mas de uma abertura para a diferença, para o desigual.

No texto “Fatum e História”, portanto, Nietzsche propõe pensar o tempo a partir de um ponto de vista circular e olhar a história como um grande relógio, em que os mostradores são os acontecimentos. As engrenagens desse relógio podem ser as mesmas para os diferentes momentos da história, mas elas aparecem de forma diferente nas diferentes culturas. Por isso, a diversidade de histórias e de círculos.

Mas o que é interessante nesse texto de Nietzsche é a contraposição que ele estabelece entre “Fatum” e vontade livre. O “Fatum” seria a necessidade histórica cuja irresistibilidade, nos liga a um passado de hábitos, crenças, e valores morais como a soma de todas as verdades de nosso mundo. É ela que nos impede de dar passagem ao devir, de nos livrarmos das amarras de julgamentos pré-concebidos, marcada pela eventual naturalidade das coisas nas quais tudo parece ser isento de história (NIETZSCHE, 2005).

A reflexão que Nietzsche propõe no texto deixa abertas algumas questões: que forças são essas que impedem que tenhamos um espírito livre? O que aconteceria se pudéssemos simplesmente apagar todo passado? Esqueceríamos todos os pesadelos? Não nos ligaríamos a mais nada, pois o passado seria uma ilusão? O homem sem fatum seria um deus? Algumas dessas questões são abordadas novamente pelo filósofo alemão na “II Consideração

Intempestiva”, texto sobre o qual ele se dedica a discutir sobre o valor e a falta de valor da história para a vida.

Segundo Nabuco (2007), para Nietzsche, o século XIX fora marcado por um excesso de conhecimento, uma “febre histórica” que fez com que a história deixasse de servir à vida. O que Nietzsche traz no texto da II Consideração Intempestiva é a tese de que a história ou o saber da história não pode se dar sem estar no nível da atividade, ela precisa ser vivida e utilizada para a vida e para a ação. Para que isso aconteça seria necessário que nos utilizássemos do esquecimento como uma possibilidade de viver a felicidade e de sentir as coisas fora de uma perspectiva histórica, o que naquele momento de seu trabalho, fez Nietzsche refletir sobre sua posição enquanto filólogo: “não saberia que sentido tem a filologia clássica em nossa época senão o de atuar nela de maneira intempestiva – ou seja, contra o tempo, e com isso, no tempo e, esperemos, em favor de um tempo vindouro”. (NIETZSCHE, 2003, p. 7)

Esse “modo intempestivo” de vida, no qual precisamos atuar contra e com o tempo, é fundamental para a saúde, seja de um indivíduo, de um povo, ou de uma cultura. Pois para o filósofo, é apenas com a faculdade de poder esquecer, ou de sentir a-historicamente (capacidade que o homem invejaria dos outros animais), é que seria possível sermos felizes. No entanto, ao mesmo tempo, o homem ultrapassa os limites dos outros animais quando consegue usar aquilo que viveu e passou em prol da vida, e de fazer história uma vez mais a partir do que aconteceu. Assim, uma vez mais, Nietzsche (2003) nos coloca diante da questão da utilidade da história para a vida:

A história, uma vez que se encontra a serviço da vida, se encontra a serviço de um poder a-histórico, e por isso jamais, nesta hierarquia, poderá e deverá se tornar ciência pura, mais ou menos como o é a matemática. Mas a pergunta ‘até que grau a vida necessita em geral do auxílio da história?’ é uma das perguntas e preocupações mais elevadas no que concerne à saúde de um homem, de um povo, de uma cultura. Pois, em meio a um excesso de história, a vida se desmorona e degenera, e, por fim, através desta degeneração, o mesmo se repete com a própria história. (p. 17).

É imerso nessas leituras de Nietzsche que Foucault faz irromper em seus estudos uma nova ferramenta analítica. Isso fica mais claro quando Foucault (1999), no curso “Em defesa da sociedade”, vai destacar dois fenômenos que contribuíram no momento em que desenvolvia suas pesquisas: o primeiro é um período marcado pelo que ele chamou de eficácia das ofensivas dispersas e contínuas, que se caracterizou por uma imensa e prolífera crítica das coisas, das instituições, das práticas, dos discursos e de um expressivo caráter local da crítica; o segundo fenômeno foi o que Foucault chamou de reviravoltas de saber, que se trata justamente da insurreição dos saberes sujeitados.

E por saberes sujeitados Foucault entende duas coisas: primeiramente, seriam conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais; em segundo lugar, entende-se como uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores (FOUCAULT, 1999). É sobre essas condições que Foucault vai lançar mão de uma ferramenta imprescindível dentro de suas pesquisas: a genealogia. E é atentando para o aparecimento desses fenômenos que Foucault vai perceber que eles desembocavam em algo único e que se tratava de um “saber histórico das lutas. No domínio especializado da erudição tanto como no saber desqualificado das pessoas jazia a memória dos combates, aquela, precisamente, que até então tinha sido mantida sob tutela”. (FOUCAULT, 1999, p. 13).

A genealogia, portanto, vai aparecer no trabalho de Foucault como uma ferramenta imprescindível tanto para uma análise das relações de poder que constituem nossa sociedade, assim como pode funcionar como um operador político que se utiliza desses saberes históricos nas lutas e batalhas do presente. Com isso, a genealogia não pretende ser uma nova ciência, mais exata e correta que outras, mas, sobretudo, uma “anticiência”. Isso significa dizer que o projeto genealógico se constitui principalmente por:

Fazer que intervii nos saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns [...]. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição, sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa [...] É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (Foucault, 1999, p. 13-14).

Esse projeto genealógico iniciado por Foucault é oriundo, principalmente, da visão histórica que esse autor utilizava em seus trabalhos. Como dito anteriormente, Foucault vive em uma época em que a História como disciplina científica tem seus objetos e métodos questionados por alguns movimentos que visam romper com uma história contínua, linear, teleológica, e inserir nessa historiografia aquilo que é da esfera do devir, do múltiplo, do heterogêneo, do singular.

Por essa razão, como apontam Lemos e Cardoso Jr. (2009, p. 353), as pesquisas históricas de Foucault vão se caracterizar por serem “cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências”. Nesse sentido, Foucault não busca encontrar as causas primeiras dos fenômenos do mundo, pois para ele não existe origem, não existe uma lógica na história que se ampare nas semelhanças dos acontecimentos, mas sim numa lógica baseada na dispersão, dos acidentes, do acaso do encontro de forças.

Foucault vai deixar mais clara a importância de Nietzsche em seu pensamento no texto “Nietzsche, a genealogia e a história” em que ele apresenta de forma mais detalhada essa sua maneira de pensar a escrita da história, além de nos apresentar esse importante operador metodológico que é a genealogia. Para tanto, começa o seu texto indicando que “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2012a, p. 55). A genealogia trabalha com a história, porém rejeita uma história pautada em uma ordem ou em gêneses lineares; ela não aceita, por exemplo, pensar a história da moral como aquilo que concerne à preocupação com o útil, agindo como se as palavras guardassem seu sentido original e único.

Toda palavra, todo conceito é forjado dentro de lutas políticas que foram tomadas por invasões, disfarces, astúcias. Por isso, para a genealogia é importante marcar os acontecimentos em sua singularidade, já que único na sua composição de forças. Fazer genealogia, portanto, é mostrar o momento que determinadas práticas foram diferentes, principalmente, daquilo que é hoje, é retornar em pontos da história, não com o objetivo de traçar a lenta linha de evolução de determinado objeto, mas para marcar as diferentes cenas em que eles atuavam com diferentes papéis. Por essa razão, Foucault vai recusar o uso da palavra *Ursprung* (origem) dentro das suas pesquisas. O uso desta indicaria a busca pela essência exata da coisa, sem atentar para os acidentes, para o caráter sucessivo das coisas, pois,

justamente, não existe razão nas coisas, elas são obras do acaso. Sobre isso, Foucault (2012a, p. 58) diz:

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar “o que era imediatamente”, o “aquilo mesmo” de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.

A partir de então, Foucault vai trabalhar com dois termos principais para pensar a história ligada a um projeto genealógico. O primeiro deles é o termo *Herkunft* que designa a proveniência, ou o antigo pertencimento a um grupo. Esse pertencimento a um grupo não significa dizer que a proveniência é a busca de um elemento comum que signifique aquilo que é similar num grupo; não é a semelhança que se busca, nem a identidade, mas a proveniência das diferenças, dos começos inumeráveis. Ela permite, portanto, reencontrar a proliferação dos acontecimentos que marcam ou que formam um conceito ao contrário de buscar em uma continuidade na história aquele elemento do passado que ainda hoje animaria o presente. A proveniência busca marcar a dispersão dos acontecimentos, seus acidentes e seus desvios.

Para Foucault, a proveniência também está diretamente ligada a uma herança perigosa, a herança do corpo, pois, nestes estão marcas dos erros e das verdades cometidas por nossos ancestrais. Por isso, para ele a proveniência também diz respeito ao corpo, pois ele é a “superfície de inscrição dos acontecimentos, lugar de dissociação do Eu, volume em perpétua pulverização” e que, portanto, a genealogia, como análise da proveniência, está “no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo”. (FOUCAULT, 2012a, p. 65)

O segundo termo utilizado para uma nova compreensão da história é *Entstehung*, que se refere à emergência, ou mesmo, ao ponto de surgimento. A emergência designa aquilo que se produz sempre em um determinado estado de forças, mais especificamente, ela trata da entrada em cena destas forças. Enquanto a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ela deixa em um corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento.

Já a análise da proveniência busca não uma identidade ou unidade, mas as marcas sutis, múltiplas e dispersas que remetem à construção do objeto. A pesquisa da emergência também se distancia da pesquisa de origem ao enfatizar as forças presentes em determinado contexto e o modo como elas atuam na produção de um determinado objeto. Como afirma Silva (2005), a gênese entendida como análise da emergência “possibilita desconstruir a naturalização de determinados conceitos, fazendo aparecer as condições que os tornam possíveis e, conseqüentemente, os problemas aos quais eles tentam responder” (p. 102). Portanto, o conceito de gênese proposto pela abordagem genealógica aproxima-se do sentido atribuído à análise da proveniência e à análise da emergência. Genealogia: emergência, proveniência e quebra de verdades. (ZAMBENEDETTI; SILVA, 2011).

Esse lugar ou palco no qual essa peça é encenada tem quase sempre a mesma configuração: a relação entre dominadores e dominados. E, em cada momento da história essa peça vai se utilizar de determinadas regras que vão estabelecer um certo ritual de dominação, acabando com a ideia de que

exista uma relação íntima entre regras/ordem ou entre leis/paz civil. Pois a regra, por si só, é uma forma de violência.

A paz civil não suprime a guerra, mas mantém uma dominação através das leis. É por isso que nessa peça, na qual várias forças se encontram, sairá vencedor aquele que se “apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras”. (FOUCAULT, 2009, p. 69).

Considerações finais

Ao utilizar-se desses termos, Foucault apoia-se nas críticas de Nietzsche a uma história que se constrói a partir de um ponto de vista supra-histórico, originada de uma noção metafísica, na qual se acredita que o início se encontra em um começo puro, além do homem, e que no fim, estaria a salvação eterna.

Fugindo a essas noções, o sentido histórico sobre o qual a genealogia vai se amparar é aquele que reintroduz no devir tudo o que se tinha acreditado imortal no homem. E construir uma história efetiva é reintroduzir a descontinuidade no ser para, assim deixar de se pensar a história com uma intenção, em que se coloca o acontecimento dentro de uma continuidade teleológica ou natural, mas de colocar o acontecimento e analisá-lo pelo que ele tem de singular e único.

Fazer uso desse pensamento enquanto uma máquina de guerra, nos termos de Deleuze e Guattari, nos ajuda a problematizar os direitos humanos a partir de uma história efetiva que nos afasta de pensar esses direitos enquanto algo natural e a-histórico, mas como efeito das lutas e práticas políticas cotidianas que operam em nossa sociedade. Quais são os direitos e quem são os humanos que os detêm passa pela análise histórica das práticas que forjaram historicamente esses dois elementos fundamentais do nosso presente.

Sobre o artigo

Recebido: 05/05/2016

Aceito: 19/12/2016

Referências bibliográficas

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FONSECA, M. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. O que é um Autor? In: MOTTA, M. B. da (Org.). **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Coleção Ditos & Escritos, v. 3, p. 264-298. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012a.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012b.

_____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do Poder**. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012c.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012d.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

LEMOS, F. & CARDOSO, Jr. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia e Sociedade**, vol. 21, n.3, pp. 353-357, 2009.

NABUCO, E. Uma reflexão sobre a história em Nietzsche e Foucault: a história efetiva como contramemória. **Mnemosine**. Vol. 3, n. 1, p. 66-79, 2007.

NIETZSCHE, F. Fatum e história. In: **Nietzsche**: Escritos sobre história. SOBRINHO, N. (org.) Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2005.

_____. **Obras incompletas**. 4. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. **Segunda Consideração Intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução à teoria do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZAMBENEDETTI, G.; SILVA, R. A. N. Cartografia e genealogia: aproximações possíveis para a pesquisa em psicologia social. São Paulo, **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 454-463, 2011.